

PESQUISAR COM AS PSICOLOGIAS

Artesanias e artifícios

Coleção:
Transversalidade e Criação - Ética, Estética e Política
Volume 10

FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS - DOLORES GALINDO
PEDRO PAULO GASTALHO DE BICALHO
PAULO DE TARSO RIBEIRO DE OLIVEIRA - LEANDRO PASSARINHO REIS JÚNIOR
ATAUALPA MACIEL SAMPAIO - MARIANE BATISTA BITENCOURT COUTO
AMANDA GABRIELLA BORGES MAGALHÃES
FELIPE SAMPAIO DE FREITAS
DIANA COELI PAES DE MORAES
Organizadores



Flávia Cristina Silveira Lemos
Dolores Galindo
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira
Leandro Passarinho Reis Júnior
Ataualpa Maciel Sampaio
Mariane Batista Bitencourt Couto
Amanda Gabriella Borges Magalhães
Felipe Sampaio de Freitas
Diana Coeli Paes de Moraes
(Organizadores)

PESQUISAR COM AS PSICOLOGIAS: artesanias e artifícios

Coleção Transversalidade e Criação – Ética, Estética e
Política. Volume 10

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2020

Copyright © da Editora CRV Ltda.

Editor-chefe: Railson Moura

Diagramação e Capa: Diagramadores e Designers CRV

Imagem da Capa: Pixabay.com

Revisão: Analista de Línguas CRV

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

P472

Pesquisar com as psicologias: artesanias e artificios / Flávia Cristina Silveira Lemos, Dolores Galindo, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira, Leandro Passarinho Reis Júnior, Atualpa Maciel Sampaio, Mariane Batista Bitencourt Couto, Amanda Gabriella Borges Magalhães, Felipe Sampaio de Freitas, Diana Coeli Paes de Moraes (organizadores) – Curitiba: CRV, 2020. (Coleção Transversalidade e Criação-Ética, Estética e Política. v. 10)
688 p.

Bibliografia

ISBN Coleção 978-85-444-1750-8

ISBN Volume 978-85-444-4098-8

DOI 10.24824/978854444098.8

1. Metodologia de pesquisa 2. Psicologia 3. Educação 4. História e Filosofia I. Lemos, Flávia C. S. org. II. Galindo, Dolores. org. III. Bicalho, Pedro P. G. de. org. IV. Oliveira, Paulo de T. R. de. org. V. Reis Júnior, Leandro P. org. VI. Sampaio, Atualpa M. org. VII. Couto, Mariane B. B. org. VIII. Magalhães, Amanda G. B. org. IX. Freitas, Felipe S. de. org. X. Moraes, Diana C. P. de. org. XI. Título XII. Série.

CDU 37

CDD 150

Índice para catálogo sistemático

1. Psicologia 150

ESTA OBRA TAMBÉM SE ENCONTRA DISPONÍVEL
EM FORMATO DIGITAL.

CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!



2020

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418 - E-mail: sac@editoracrv.com.br

Conheça os nossos lançamentos: www.editoracrv.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	19
LINHAS, PAREDE, PREGOS E CRÔNICAS: por uma cartografia militante.....	21
<i>Morgana Moura</i> <i>Dolores Galindo</i> <i>Ricardo Pimentel Mélo</i> <i>Tatiana Bichara</i>	
LOS MÉTODOS Y LA METODOLOGÍA ESPECÍFICA EN LA PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTOS	45
<i>Guillermo Arias Beatón</i> <i>Marilene Proença Rebello de Souza</i>	
FIOS E FUROS NOS ENTRELAÇAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS NAS PESQUISAS CRIMINOLÓGICAS SOBRE MULHERES	73
<i>Luanna Tomaz de Souza</i> <i>Ana Beatriz Freitas Silva</i> <i>Yasmim Nagat Yosano</i>	
DOCUMENTOS VIVOS: análise de decisões judiciais e mídias jornalísticas para a compreensão do espetáculo na sociedade.....	93
<i>Jayllise Gaspar Pires de Medeiros</i> <i>Hélio Luiz Fonseca Moreira</i> <i>Janari da Silva Pedroso</i>	
A INVESTIGAÇÃO-AÇÃO COMO PRÁTICA EMANCIPADORA: um exercício de interpelação.....	107
<i>Rosa Soares Nunes</i>	
PARTICIPAÇÃO EM SAÚDE E PRÁTICAS DE PESQUISA: aprendizagem na investigação da experiência italiana do Community Lab..	115
<i>Gabriel Calazans Baptista</i> <i>Alcindo Antônio Ferla</i> <i>Frederico Viana Machado</i> <i>Maria Augusta Nicoli</i> <i>Vincenza Pellegrino</i>	

LINHAS, PAREDE, PREGOS E CRÔNICAS: por uma cartografia militante

*Morgana Moura
Dolores Galindo
Ricardo Pimentel Mélo
Tatiana Bichara*

Ao longo dos últimos cinco anos, propus-me traçar percursos e experimentar os trajetos possíveis, abrindo o corpo-pesquisadora às afetações em acontecimentos. Experimentar é desejar linhas de fuga, compor com múltiplas linguagens, desterritorializar as fronteiras do corpo-pesquisadora, deparar-se com estagnações e conduzir-se à descoberta das diferenças, na experiência da multiplicidade. Experimentar para aproximar a pesquisa dos processos de criação, afastando-se assim das sistematizações predefinidas, para a construção de um conhecimento científico como linha de montagem em começo-meio-fim. Este capítulo é escrito em primeira pessoa, nele muitas vozes ecoam.

Dentre os muitos caminhos possíveis, escolhi como primeiro passo para essa trajetória conhecer efetivamente as instituições que atendem especificamente usuários de drogas na rede de saúde em Cuiabá. Como eu vinha de uma trajetória de instituições de atenção às pessoas com problemas decorrentes do consumo de drogas, nos municípios do interior do estado, conhecia em parte o funcionamento dos serviços, através dos relatos das profissionais, devido à minha aproximação com os movimentos de luta antimanicomial articulados ao conselho de categoria profissional de Psicologia. Todavia, não conhecia os arranjos que permitiam a singularidade de cada serviço.

Para conhecer esses serviços e as especificidades da rede de atenção em Cuiabá, enveredei por uma proposta por meio da qual eu precisava estar inserida nas instituições. Mediante prática de formação em redução de danos junto a profissionais da rede de atenção, construí uma intervenção nas instituições, a fim de entender como se arranjam as políticas públicas de atenção e identificar as estratégias utilizadas nos serviços.

Ao longo do ano de 2016, de agosto a dezembro, realizamos encontros semanais, no CAPSadolescer e na Unidade 3 do CIAPS Adauto Botelho, e encontros quinzenais, no CAPSad. Nessa instituição, os encontros foram quinzenais, a pedido da coordenadora da instituição devido à dinâmica de reuniões de equipe, seguindo uma proposta de cronograma e conteúdo de um projeto de extensão vinculado ao LABTECC (Laboratório de Tecnologia, Ciência e Criação) (Anexo 1), registrando 14 encontros, no CAPSadolescer e Unidade 3, e 11 encontros no CAPSad. Os encontros eram posteriormente registrados em diário de campo e os possíveis materiais produzidos pela equipe arquivados para análise posterior da pesquisa.

1. Intervir-pesquisar

A proposta de uma pesquisa-intervenção veio como experimentação de modos inventivos de operacionalizar a pesquisa respaldada pelo método cartográfico. Este processo pressupõe a análise das atuações de todos os que integram o campo de investigação, lidando menos com as intenções conscientes das pessoas que o compõem do que com o indizível, em campos de forças instituídos (LOURAU, 2004). Nesse processo, a pesquisa-intervenção altera os padrões comunicacionais nas realidades institucionais nas quais se insere, pois não se dá de forma unidirecional, mas em transversalidades que propiciam rupturas de campos de forças, ampliação de sentidos e atualização de dinâmicas existenciais. A pesquisa operacionalizada em transversalidade considera que os planos e linhas que a constituem se comunicam em tensionamentos. Transversalidade, como princípio metodológico, dá direção a uma experiência de comunicação, possibilitando experimentar o cruzamento das forças que vão se produzindo nos nós de uma rede de atenção em saúde.

Lançar mão dessa proposta implica redimensionar a formação acadêmica de que participo com vistas à construção de uma nova base de atuação nos contextos institucionais, direcionando-se para a análise da implicação com as práticas produzidas e acolhendo as situações cotidianas como acontecimentos sociais complexos. Não há como ficar alheio ou optar em não se posicionar ante as sobreposições de forças que atravessam o cenário pesquisado, a pesquisa, incluindo a pesquisadora (ROCHA; AGUIAR, 2003).

“Intervir, então, é fazer esse mergulho no plano implicacional em que as posições de quem conhece e do que é conhecido, de quem analisa e do que é analisado se dissolvem na dinâmica de propagação das forças instituintes características dos processos de institucionalização” (PASSOS; BARROS, 2015, p. 31). E isso define um direcionamento clínico-político no processo de pesquisa-intervenção. O direcionamento clínico acontece, na medida em que a transversalização da intervenção se efetua como processos de subjetivação daquela que intervém/analisa e daquelas que compõem o cenário investigativo, intensificando os devires em potência. Já a maneira como se dá essa intervenção diz de sua natureza política, buscando romper com os eixos hegemônicos de organização da realidade, tanto por meio do investigar/pesquisar quanto através da escrita, em uma política de pesquisa empenhada em trazer os colaboradores como efetivos participantes de uma construção coletiva do conhecimento (BARROS; KASTRUP, 2015). Uma aposta clínico-política que encontra espaço em cenários de desarranjo, capazes de propiciarem devires minoritários em brechas e rupturas no instituído (GUATTARI, 2012b).

Nessa linha, propus uma pesquisa-intervenção que permitisse acessar os serviços e sua dinamicidade, no que concerne ao cuidado de pessoas que fazem uso de drogas, porém, levando em contrapartida para as instituições uma formação em RD. Essa sugestão emergiu dos primeiros diálogos com servidores que já conhecia, pela atuação na militância em saúde mental, os quais apresentaram as brechas sobre formação continuada da equipe e estratégias de cuidado, tendo como norte a perspectiva de RD.

Buscando lidar com essas demandas, em 2016 foi elaborado um projeto de extensão no Laboratório de Tecnologia, Ciência e Criação (LABTECC) da UFMT, contemplando curso de redução de danos para as equipes e de estratégias de cuidado para usuárias e usuários dos serviços, o qual objetivava experimentar modos inventivos, a partir do híbrido Arte-Psicologia. A opção pelo projeto de extensão permitiu aos servidores receberem uma certificação pela formação realizada.

A aproximação com a Arte, para essa proposta, deveu-se ao histórico da trajetória acadêmica, na qual, desde a Graduação, já articulava práticas de cuidado em saúde mental com a potência da Arte (MOURA; GALINDO; STEFAN, 2009), que se intensificaram com as vivências de estagiária docente na disciplina de Teorias e Técnicas Grupais, no Curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); nesta, o projeto de trabalho, em função dos referenciais esquizoanalíticos, propiciava a composição de poéticas derivadas dessa aproximação Arte-Psicologia, tendo a estética da Arte Contemporânea como possibilidade de potencializar as experiências grupais, ao permitir lidar com aquilo que escapa, com o que propicia ruptura, em criações singulares.

Com a proposta em mãos, a primeira instituição a que tive acesso foi o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad). O primeiro contato, para discutir as questões burocráticas de aceite institucional para realização da pesquisa, fiz com a coordenadora da instituição, na época. Nessa primeira visita, ela disse que não poderia conceder a autorização, pois o CAPSad é uma instituição vinculada ao CIAPS Adauto Botelho (Centro Integrado de Atenção Psicossocial) e quem tinha autoridade para dar esse aceite era a coordenação técnica do CIAPS.

O CIAPS trata-se de um complexo de unidades de saúde mental vinculado à Secretaria Estadual de Saúde (SES) de Mato Grosso (MT), criado a partir do Hospital Psiquiátrico¹ Adauto Botelho, existente desde 1957. O objetivo inicial do CIAPS era integrar internação, serviços ambulatoriais e hospital-dia em uma única organização administrativa específica de saúde mental no estado (LEI nº 6.19, de 10/03/1993).

Com a criação dos CAPS, estes passaram a ser integrados ao CIAPS, sem a gestão necessariamente fazer a extinção dos leitos psiquiátricos. Atualmente, o complexo é composto pelo CAPSad, CAPSi – Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil, hospital psiquiátrico de internação masculina e feminina (Unidade I), Unidade II Pascoal Ramos (ala dentro da Penitenciária Central do estado), Unidade III – internação masculina para demanda de álcool e outras drogas e Lar Doce Lar – unidade

1 Cumprir destacar que, além do Adauto Botelho, há no estado de MT mais um hospital psiquiátrico – Casa de Saúde Paulo de Tarso – localizado na cidade de Rondonópolis, sob a gerência de uma associação espírita. Os 80 leitos dessa instituição se dão por meio da regulação municipal, integrando o quadro da saúde pública regional. Nesse município, a associação espírita é responsável ainda pela administração do CAPS que atende à demanda de transtorno mental na cidade, fazendo funcionar a instituição no mesmo terreno do hospital psiquiátrico, em prédio geminado. O hospital conta com uma ala de internação masculina específica para transtorno mental, uma ala de internação masculina específica para consumo de álcool e outras drogas e uma ala feminina mista (transtorno mental e consumo de álcool e outras drogas). Financeiramente, a instituição é mantida em parceria com a gestão estadual e as municipais, visto que há internação de pacientes oriundos de todo o estado e não somente da região leste de MT. Destaco ainda que era nesse hospital que eu atuava, antes de me mudar para Cuiabá.

de caráter residencial para pessoas com deficiência físico-mental, a qual surgiu por iniciativa da Secretaria de Assistência Social e somente em 2006 passou para gestão da saúde. Anteriormente, o CIAPS comportava ainda um Pronto Atendimento anexo à Unidade I fechado em 2013.

Nesse primeiro contato para o aceite institucional, mesmo explicitando que se tratava de uma atividade pontual para resolver aspectos burocráticos, a coordenadora do CIAPS apresentou a instituição e as funcionárias e funcionários. Descreveu que a entidade tem uma organização “diferenciada” da SES, o que provoca, segundo seu ponto de vista, alguns empecilhos na manutenção do centro, pois o CIAPS não tem gestão plena: *“Não tem, porque ser colocado como um centro integrado, já que não há administração plena. Isso faz com que haja a manutenção dos leitos... Na manutenção do CIAPS, há o recurso de manutenção dos CAPS. Já da internação é pouco, aí o dinheiro do CAPS acaba sendo usado em todo o CIAPS”* (trecho da entrevista com a coordenadora).

Nessa descrição da organização dos serviços, a gestora destaca que nem o coordenador administrativo consegue explicitar como se dão os repasses, além da manutenção das vagas de internação por meio dos repasses dos municípios do interior, que, na ausência de serviços de saúde mental, custeiam a internação, injetando dinheiro dos municípios na capital. Com acesso a essas informações, consegui entender como economicamente é ali possibilitada a manutenção dos espaços de internação.

Finalizada a fala da gestora, foi explicitado que o projeto inicial de pesquisa tinha como foco os serviços em meio aberto (CAPS), justamente buscando as estratégias de atenção e cuidado pela perspectiva da redução de danos. Todavia, ao apresentar um modelo de pesquisa-intervenção no qual uma das contrapartidas para a instituição seria ofertar às/aos servidoras/servidores uma formação em RD, a gestão do CIAPS colocou como condicionalidade para pesquisar e intervir no CAPSad que o curso fosse ofertado às/aos servidoras/servidores da Unidade III de internação: *“[...] alguns profissionais, mesmo com formação elevada, não entenderam a questão da lógica da atenção psicossocial. Na internação, há um movimento contra o fechamento e avalio isso como uma zona de conforto do profissional. Os profissionais da internação precisam mais de suporte do que quem está no CAPS”* (trecho da entrevista com a coordenadora).

Não conhecia a instituição, nem as/os servidoras/servidores, contudo, aceitando a condição colocada à pesquisa, outros rumos começavam a ser traçados e precisavam ser experimentados.

Em meio a esse diálogo, surge porta adentro uma paciente moradora da instituição há 30 anos. A gestora relatou que tentaram fazer o trabalho de reinserção na família, mas ela foi rejeitada: *“Suponho que por falta de um trabalho com a família para esse acolhimento, que poderia ter sido feito articulando a saúde com a assistência social via CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)”* (trecho da entrevista com a coordenadora).

Também tentaram levá-la para uma residência terapêutica em Cuiabá, todavia, não conseguiu se adaptar, mantendo-se em internação sem previsão de saída. Com voz um pouco infantilizada e notória dificuldade de fala pela impregnação medicamentosa,

ela pede um livro: “*Prometeram trazer meu livro pra escrever, você trouxe meu livro?*” (fala da paciente em internação). Somente com um bloco de anotações em mãos, quase no fim das páginas brancas, eu não havia levado nenhum livro. Frustrada pela negativa, desejando continuar na sala, ela pede café.

Ficamos ali, eu, a gestora e ela, uma mulher mais alta do que eu – aparentando quase 50 anos, mas com ares de uma infantilização que me remetia aos pacientes de longa permanência, em minha pouca experiência na internação psiquiátrica –, tomando café. Acaba o último gole, ela retoma: “*Trouxe mesmo não?*” Sem livro, reitero a negativa. Resta a ela voltar ao pátio, com uma árvore solitária no canto e repleto de todo o calor que o sol de Cuiabá pode ofertar.

Nesse primeiro contato, com a imposição de uma condicionalidade de lidar com uma instituição de internação, aquela paciente me lembrava as barbáries do processo manicomial e como ele ainda se mantinha tão vivo.

Com o aceite institucional em mãos, providenciei também junto à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Cuiabá a autorização para realizar a pesquisa no CAPSad Infantojuvenil “*Maria José da Silva Rado*”, conhecido como CAPSadolescer, de gestão municipal. Conforme narrado pela própria equipe, esse CAPS foi pensado para comportar um CAPSad Infantojuvenil do tipo III, para atender crianças e adolescentes com necessidades de cuidados clínicos contínuos, com leitos de observação, funcionamento de 24 horas. Mas, pelo fato de o município não dispor de leitos em hospital geral credenciados como retaguarda para as demandas de saúde mental, o serviço não foi credenciado como tal e hoje opera como um CAPSad Infantojuvenil em horário comercial.

Na Secretaria Municipal de Saúde a resposta foi rápida e sem condicionalidades. Já vinha de outros espaços de atuação, nos quais conhecia a coordenadora de saúde mental, e isso facilitou o diálogo a fim de explanar o trabalho para a gestão e os servidores da instituição.

Com os aceites institucionais e após cumprir com os rigores do Comitê de Ética em Pesquisa, passei a frequentar as instituições concomitantemente, ao longo do mesmo período. Durante alguns meses, às quartas-feiras, estava no CAPSad, às quintas-feiras, na Unidade III, e às sextas-feiras, no CAPSadolescer.

No que diz respeito à formação em redução de danos, a proposta não era conteudista, porém, de trabalhar aquilo que emergia em cada serviço, em sua especificidade e articulação com a rede. Com esse intuito, foram realizados diálogos com as equipes para conhecer as instituições bem como seus arranjos, e a proposta se deu na organização de encontros que facultaram ter o curso como uma estratégia de construção de espaços-tempos de visibilidade e dizibilidade, possibilitando pôr em evidência linhas e fluxos que compõem o processo de cuidado.

Assim como posteriormente, para experimentar modos inventivos de RD, no híbrido Arte-Psicologia, também foram construídos dispositivos grupais com usuárias e usuários, favorecendo lidar com as formas como os territórios existenciais se constituem atravessados não somente pelo consumo de drogas, mas pelos modelos de cuidado vigentes.

Paralelo a esse acompanhamento institucional e as proposições grupais, um outro trajeto que experimentava era o das atividades militantes que eu já realizava anteriormente ao Doutorado, mas cujas ações, devido à ocupação de outros espaços de gestão, passei a intensificar.

Desde a Graduação, eu me aproximei da Luta Antimanicomial como modo de operar minhas práticas de cuidado em saúde mental, traçando processo de militância. Mas os enfrentamentos tomaram dimensões outras, desde setembro de 2016, quando passei a compor a gestão do Conselho Regional de Psicologia da 18ª região (CRP18), no cargo de conselheira presidente e, por indicação do plenário, passando a representar o CRP18 no Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CONESD), narrativa essa que se destaca posteriormente.

2. Sobre ser militante

Na mesma medida em que produzia, enquanto doutoranda, uma pesquisa-intervenção sobre estratégias de cuidado às pessoas que fazem uso de drogas, ocupando espaço de docente e pesquisadora, também ocupava um espaço de gestão regional da representação de uma categoria profissional e de militante em saúde mental e direitos humanos. Caberia trazer para a pesquisa as informações e as ações desenvolvidas nessa segunda ocupação?

O engajamento político de uma pesquisa não ocorre deslocado do cotidiano, nem dos corpos que operam a pesquisa. As estratégias, as ações relatadas evidenciam o comprometimento ético com o processo de pesquisa exercido por um corpo múltiplo, independentemente dos espaços que este venha a ocupar. Os espaços possibilitam, sim, ampliar as possibilidades de ação, mas não são somente estes, que são os responsáveis pelo engajamento. Engajar-se consiste em uma escolha, em um movimento avesso ao mito da neutralidade científica, enfatizando que há posicionamento, sim. Quando se entende o comprometimento ético-político de uma pesquisa, não há como fracionar o corpo que a opera, em momentos estanques, fechando os olhos para aquilo que atravessa tão diretamente os cenários de cuidado. A exemplo, numa memória de dor e asco, lembro dos relatos maternos sobre a perda de sua irmã, falecida por cirrose medicamentosa pelos anos de “tratamento” em um hospital psiquiátrico.

Propor-se um engajamento político enquanto pesquisadora é reconhecer que carrego em mim uma trajetória de militância construída, talvez, antes mesmo de minha Graduação como psicóloga. Contaminações advindas das efervescências de uma infância acompanhando a atuação sindical de uma mãe professora ou, para além desses cenários públicos de mobilização coletiva, reflexos das ações paternas e maternas que tinham como foco acolher e potencializar as vidas para além de uma lógica pastoral, com foco numa redenção cristã.

Apresentando a procedência do que chamou de militanismo moderno, Souza (1999) descreve que a origem da palavra “militante” possui alguns sentidos que levam a estabelecer relações que não podem ser desprezadas. O autor descreve que o termo *militante* deriva do latim *militare*, lutar por algo, combater para que um grupo, um coletivo, possa sair vitorioso. Desde a Idade Média, esse verbo passa a ser empregado

na linguagem teológica, fazendo com que o adjetivo “militante” passe a qualificar a Igreja, remetendo à ideia de “combate a um inimigo”, com o objetivo de salvação.

A partir do século XVII, o termo *militante* passa a ser usado para se referir aos soldados, militares que, em treinamento, construíam um processo de disciplinamento e obediência ao modelo hierárquico militar. Desse período, Souza (1999) atenta para o fato de que militar também se ligava aos processos de construir estratégias para obter sucesso em uma luta.

Souza (1999) aponta que, somente por volta do século XIX, a palavra *militante* se inscreve no vocabulário político, passando a ser empregada para nomear aquele que milita numa organização partidária ou sindical, desencadeando ativismos para causas coletivas.

Os termos *militância* e *ativismos* são, por vezes, utilizados de forma massiva como sinônimos de ação coletiva de movimentos sociais. Em revisão sobre os usos desses termos, Sales, Fontes e Yasui (2018), mesmo considerando que ambos são da ordem do agir, intervir, sugerem que ativismo seja relacionado às estratégias de ocupação dos espaços públicos e à reinvenção dos repertórios de ação e protestos dos novos movimentos sociais. Distinguindo os conceitos, eles trazem a necessidade de, reconduzindo a noção de militância à condição de problema, criar uma zona de visibilidade para os limites decorrentes das práticas militantes e, conseqüentemente, para as possibilidades de potencializar nossos modos de agir coletivamente.

Retorno ao trabalho de Deleuze e Guattari, os quais não descrevem especificamente o que seria um “ser militante”, mas os autores fazem direcionamentos que vão além de uma atuação em coletivos políticos, atrelando-se a um modo de vida e atuação que busca romper com modelos estruturantes, criando linhas de fuga, modos de escape para fora das estratégias de dominação, um movimento de esquerda o qual se configura como uma forma de percepção que escapa do modelo autocentrado e atinge uma afirmação das minorias como potência de vida. Enquanto percepção, ser de esquerda implica perceber o entorno, o mundo, as outras vidas e depois a si. Não tem relação com modos de governo ou questões partidárias, pois “[...] não existe governo de esquerda”. Pode haver governos com posicionamentos favoráveis às exigências de esquerda, mas governar implica já estar no poder (DELEUZE, 1996).

Ser de esquerda é buscar arranjos e estratégias enquanto afirmação minoritária. É romper com os padrões que operam como estratégias de mortificação para afirmação de devires minoritários que não se submetem ao padrão vazio de “homem-adulto-branco-hétero-cis-cidadão trabalhador-detentor do conhecimento”. “A esquerda é o conjunto dos processos de devir minoritário. Eu afirmo: a maioria é ninguém e a minoria é todo mundo. Ser de esquerda é isso: saber que a minoria é todo mundo e que é aí que acontece o fenômeno do devir” (DELEUZE, 1994, p. 31).

As minhas referências apontavam a isso, uma noção de militância que se associa mais com um movimento de resistência e de ser de esquerda do que um processo de atuação coletiva para determinada causa, mesmo que esta possa ser uma das estratégias de uma atuação militante. Em confluência com Deleuze (1996), a noção de militância que me conduziu neste trabalho pressupõe processos de resistência que se efetivam no cotidiano, em práticas micropolíticas ou tendo as instituições ou

espaços públicos como possibilidade de criar contaminações militantes onde o poder incide, lidando com modos de subjetivação conectados a devires e multiplicidades.

A proposta militante significa se orientar por uma paradigma ético-estético-político (GUATTARI, 2012b). *Ético*, no sentido de acompanhar os movimentos coletivos do desejo, sinalizando as naturalizações que enrijecem os territórios, possibilitando a emergência dos devires. Ao percorrer as vias da experimentação (processo rizomático dos devires), entramos em contato com uma ética que rompe com os processos hegemônicos de subjetivação em curso. *Estético*, por se guiar pelo movimento de criação, de abertura para o diferente. Criar é se diferenciar. Como descreve Guattari (2012b, p. 30), “[...] não se trata de transmitir mensagens, de investir imagens como suporte de identificação ou padrões formais como esteio de procedimento de modelização, mas de catalisar operadores existenciais suscetíveis de adquirir consistência e persistência.” A dimensão estética é a da composição/recomposição de universos de subjetivação. E *político*, por colocar em xeque a problemática do controle, das práticas que padronizam e rotulam, em oposição a uma prática que potencializa e subverte a ordem de um poder que cerceia, limita.

A entrada ético-estético-política lança mão de um modo de vida cujos arranjos se dão em questionamentos das formas fascistas que se instalam em nós, mesmo enquanto psicóloga, pesquisadora, docente e militante.

3. Cartografar e escrever: o trabalho acadêmico em parede e prosa

Em meio às experimentações de pesquisa nessa proposição cartográfica interventiva, os questionamentos sobre a escrita começam a tomar proporções inesperadas, principalmente se partimos do princípio de que a escrita acadêmica pode sim ser uma estratégia militante. Como escrever, sem se deixar domesticar completamente pelos modelos academicistas?

Esses trajetos foram registrados, tanto o que era pesquisado quanto o processo de pesquisa em si. Mas a restituição do vivido em texto corrido tem em mim uma relação pouco fluida, amarrada às vezes pelos signos linguísticos. Para este corpo-pesquisadora que aqui digita, há um calor maior na relação entre caneta e papel que não se transfere ao teclado friamente macio do computador. A possibilidade de traçar linhas, criar desenhos, ampliar campos no ato do primeiro registro é uma das primeiras oportunidades de capturar o indizível. O primeiro registro trata-se de um ato de criação íntimo oculto da escritura oficial científica (LOURAU, 2004).

Além desses recursos de registro, o primeiro ato mais íntimo é o arquivamento em *Word*; assim, também lancei mão da voz em gravador como conservação das experiências vividas no processo de pesquisa. Um pouco mais frio que o calor da caneta presa aos dedos, contudo, mais quente que o teclado, pois a voz, diferentemente dos dedos às vezes travados pela disposição das teclas, segue uma fluidez que amplia as possibilidades da memória. Essa terceira estratégia veio por necessidade dos olhos que, ao longo do dia, perdiam a habilidade de fixar letras e símbolos por um ceratocône erroneamente diagnosticado. Traços de uma memória tomada não somente

como reminiscência, mas inscrições que se são inventadas em razão de uma vivência pessoal, de acontecimentos tomados pela experimentação cotidiana no pesquisar.

E mesmo em meio a registros quentes e frios, todas as estratégias permitiram a ampliação dos processos analíticos e a captura dos indizíveis que atravessam a pesquisadora, disparando novos desdobramentos da pesquisa (BARROS; PASSOS, 2015). No entanto, e a escrita? Esta “brecava”.

Passo pelos livros que julgo não me ajudar no trabalho, por não serem acadêmicos, buscando alívio para os olhos cansados dos mesmos modelos. Olho para *Dom Quixote* e *Alice no País das Maravilhas*, postos em destaque na sala quase como livro-objeto, e me recordo do gato de Cheshire que risonhamente (talvez em deboche) dizia a Alice que qualquer caminho poderia ser seguido, visto que ela não sabia onde queria chegar. Todavia, eu sabia onde queria chegar: colocar no papel a vivência destes anos. Só não sabia como.

Tateava os dedos no teclado caçando palavras que poderiam sintetizar o que o corpo trazia como experiência, mas isso me guiava a um trabalho que, em meu pouco trajeto de escrita, considero hercúleo. As pausas incessantes com gosto de raiva e ansiedade misturavam-se à vontade de falar o que sinto como um nó na garganta e a angústia que vai crescendo no peito, a ponto de faltar o ar. “*Pausa, beba uma água, levante da cadeira, mude a respiração, atenha-se à sua estrutura somática*”. Cada orientação pessoal vem como uma tentativa de lidar com a ansiedade de querer dizer tudo ao mesmo tempo, sem conseguir. Dizer sobre o que me propus por quatro anos e de que trouxe tantos elementos e atores que agora não sabia como organizar.

A composição da escrita escapava ou era sugada para a centralidade da academia. Em meio a modelos, padrões, estruturas, referências, não conseguia encaixar nos moldes prontos que deixavam escapar partes ou enrijeciam outras. Segui todos os rituais da academia, incluindo os parâmetros para aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, contudo, a escrita enquanto fim pela exigência acadêmica ainda escapava. “*Mas você pode se permitir uma escrita livre, academia agora está em outros tempos*”. Chiste acadêmico atenuado nas leituras e releituras de trabalhos que tinham a escrita e a desconstrução da estrutura academicista quase como regra, não como possibilidade.

Recorrendo à minha orientadora, que me ensinou como construir conhecimento e formas de cuidado para além da academia e dos espaços institucionalizados, entendi o porquê de tudo isso, o porquê de estar em conflito com a receita de bolo da academia amarrada em sumários e índices e as estranhas leituras de trabalhos vistos como obrigatoriedade desconstrucionista. “*Você ouviu e viveu coisas que ninguém mais viveu e tem um ponto particular a partir do qual pode narrar tudo isso. Quando você se depara com o inesperado, tem que fazer seu próprio caminho*” (registros das orientações-afetação).

Eu não precisava de um *check list*, precisava de um roteiro de viagem, o qual me facultasse mudar no meio do caminho, se fosse necessário. Se houvesse uma árvore caída que impedisse Alice de continuar no caminho, ela teria que retornar ou criar um desvio, mas havia ao menos um norteador de como começar. “*Mas comece,*

comece pelo começo, se te parecer mais tranquilo, e deixe os circuitos dos afetos destes anos conduzir a escrita” (registros das orientações-afetação).

3.1 Linhas, pregos e parede

Nas pesquisas, adquirimos e construímos materiais que se atualizam como dados coletados/levantados/construídos, mas a escrita em si constitui um exercício de criação, de invenção, no qual os materiais às vezes são colocados em suspensão para serem acessados pela pesquisadora/escritora. Os arranjos entre esses, os questionamentos, as hipóteses se mantêm no imaginário da pesquisadora, registrados no diário de campo ou nos painéis com anotações que vão surgindo durante o percurso. Salvo o relato nos diários e demais registros escritos, pouco conseguia imprimir as forças que atravessam a pesquisa, as pulsões que fazem operar os dispositivos encontrados ou aqueles construídos no processo, composições que afetavam e faziam ser sentidas, muitas vezes sem um domínio consciente. E, neste processo, já deixei bem evidente minha angústia, por isso, o que questiono é justamente o meu processo de apreender a escrita, não somente como ferramenta de impressão de um trabalho científico, mas como possibilidade de construção de uma estética de si, “[...] uma atitude ética capaz de acionar o pensamento crítico na Psicologia no cuidado de si e dos outros, pela *parresia*, na atualidade, em meio as tensões que atravessam e transversalizam as práticas sociais” (LEMOS; NASCIMENTO; GALINDO, 2016, p. 8).

Nesse processo, entendi alguns elementos da minha fluidez (ou não) de escrita, quando me dei conta de minha constante demanda por algo que pudesse tocar, que pudesse sentir entre as mãos e ver a amplitude do trabalho. Talvez por uma ausência criativa (quase que invejosa, quando me lembrava dos pacientes que comportavam em si os delírios visuais), no que tange a visualizar a corpo do texto e a futura pilha de papel em capa dura. Não me contentava com o diário, não conseguia sentir ali as afetações das forças que pulsavam nesse dispositivo que é a pesquisa, não conseguia sentir, na frieza do preto da tinta no branco do papel, os fluxos que fazem pulsar, manter e desfazer arranjos sobre a política, as drogas e o cuidado. Faltava-me a construção de um mapa que possibilitasse ver e falar aquilo que também pulsava no corpo-pesquisadora, e resolvi experimentar outros modos de ver a pesquisa, os quais já não comportavam mais o movimento pulsátil dos acontecimentos que a atravessavam.

No processo de pesquisa, o trabalho foi-se construindo de maneira que o texto passasse a operar como um dispositivo. Deleuze (1990) concebe a noção de dispositivo como conjunto multilinear composto por linhas de natureza distinta, que têm como efeito a configuração de determinado contorno. O dispositivo enseja a composição de agenciamentos em conexões, sem obedecer a um plano determinado. De caráter rizomático, ele “é de início um novelo”, o qual comporta linhas que fazem ver e falar, linhas de tensão, de força e de subjetivação. Um novelo multilinear ativo, em movimento. E as linhas que podem constituir um dispositivo não seguem necessariamente os mesmos fluxos. Nessa multiplicidade de linearidades, Deleuze e Guattari (2011b) traçam três tipos de linhas: linhas duras, linhas maleáveis e linhas de fuga.

Linhas duras (molares) comportam características de estratificações em marcações polares. Nas segmentações duras, tudo parece contável, previsto, e não somente os grandes conjuntos molares, mas as pessoas e as subjetivações como elementos de um conjunto, os sentimentos e relacionamentos também são segmentarizados (DELEUZE; GUATTARI, 2011b).

As linhas maleáveis (moleculares) apresentam características de desestratificação relativa, propiciando cortes nos grandes estratos, subtraindo sua rigidez e possibilitando variações. Divergente do movimento unidirecional das linhas duras, a segmentarização maleável implica uma fluidez rizomática, de natureza micropolítica, molecular. “É certo que as duas linhas [duras e maleáveis] não param de interferir, de reagir uma sobre a outra, e de introduzir cada uma na outra uma corrente de maleabilidade ou mesmo um ponto de rigidez” (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 63).

Já as linhas de fuga (linhas de ruptura) comportam as desestratificações absolutas, rompendo por completo com as estratificações estabelecidas, impedindo de serem sobrecodificadas pelas linhas duras e linhas maleáveis. Ao romperem com as instâncias preestabelecidas, os segmentos de fuga entregam-se à experimentação do devir.

As três linhas não param de se misturar,

[...] pois, de todas essas linhas, algumas nos são impostas de fora, pelo menos em parte. Outras nascem um pouco por acaso, de um nada, nunca se saberá porquê. Outras devem ser inventadas, traçadas, sem nenhum modelo nem acaso: devemos inventar nossas linhas de fuga se somos capazes disso, e só podemos inventá-las traçando-as efetivamente, na vida (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 70).

No emaranhado das linhas, o dispositivo se comporta como novelo multilinear, como um novelo daqueles de sobras de linhas de crochê dos trabalhos já finalizados de uma artesã.

Como crocheteira, conseguia visualizar esse conceito em meu embornal de linhas, com os fios soltos entrelaçados formando rizoma, um emaranhado de linhas que entregava o descuido da artesã com os restos que poderiam ou não, um dia, ser aproveitados. Em meu embornal, conseguia visualizar o conceito deleuziano de dispositivo? Como eu poderia materializar não somente em forma de escrita, a qual me escapava tanto, mas algo acessível ao tato, ao toque, algo que fosse mais quente do que as tintas impressas em papel branco?

Para lidar com essa noção de dispositivo, a lógica da disjunção inclusiva operada por Deleuze e Guattari precisava tomar forma em meu modelo operacional de pesquisa. Assim, tomei por referência a proposta de liso e estriado de Deleuze e Guattari (2011d), a fim de compreender o espaço, não enquanto determinação métrica, porém, como construção de percurso, deslocamento com negociações e dinâmicas operacionais que se dão entre propostas nômades (liso) e sedentárias (estriado).

Dentre os modelos fornecidos pelos autores para elucidar essa distinção entre liso e estriado, as formas de tessitura são apresentadas como aspectos variáveis dos dois espaços e suas relações, tomando o crochê e o tricô como exemplos:

[...] as agulhas tricotam um espaço estriado, e uma das agulhas desempenha o papel de urdidura, e a outra de trama, ainda que alternadamente. O crochê, ao contrário, traça um espaço aberto em todas as direções, prolongável em todos os sentidos, ainda que esse espaço tenha um centro (DELEUZE; GUATTARI, 2011d, p. 194).

O exemplo dos autores busca situar que há distintas maneiras de operar o pensamento, as ações, as propostas de pesquisa, a escrita, a clínica, a vida. Operar, na lógica do espaço estriado, significa que os movimentos se dão de forma delimitada, subordinados a uma superfície já estriada, já traçada. Modelo de espaço delimitado com referencial, com começo, meio e fim, com cortes modulados e intervalos fixos, ocupando pela proposta quantitativa. Nesse modelo, o espaço estriado é ocupado pela homogeneidade indivisível, constituindo séries de paralelas, as quais, fixas, criam cruzamentos regulares, cerrados a estriagem.

Em oposição, o espaço liso vem ao encontro de um modelo nômade de criação, aberto às possibilidades de movimento, ao desenvolvimento contínuo da forma, numa potência de desterritorialização e invenção. No espaço liso, a noção de homogeneidade é inalcançável pela variação contínua das tramas em múltiplas direções. Na dimensão lisa, a ocupação se dá pela intensidade em cortes abruptos e irregulares, avessos a uma simetria ou linearidade. Nessa proposição, o que ocupa o território liso é uma multiplicidade em variação contínua, amorfa e heterogênea, num movimento em ângulo mínimo em constante desvio, formando turbilhões que desarranjam, ao transversalizar as paralelas fixas do modelo estriado.

Ambos os espaços, liso e estriado, possuem pontos, linhas e superfícies. Todavia, o que difere é a forma como eles são operacionalizados: o espaço estriado subordina as linhas aos pontos, na lógica de mensuração de distância. O liso já funciona como vetor, possibilidade de fluxo ocupado por acontecimentos, afetos:

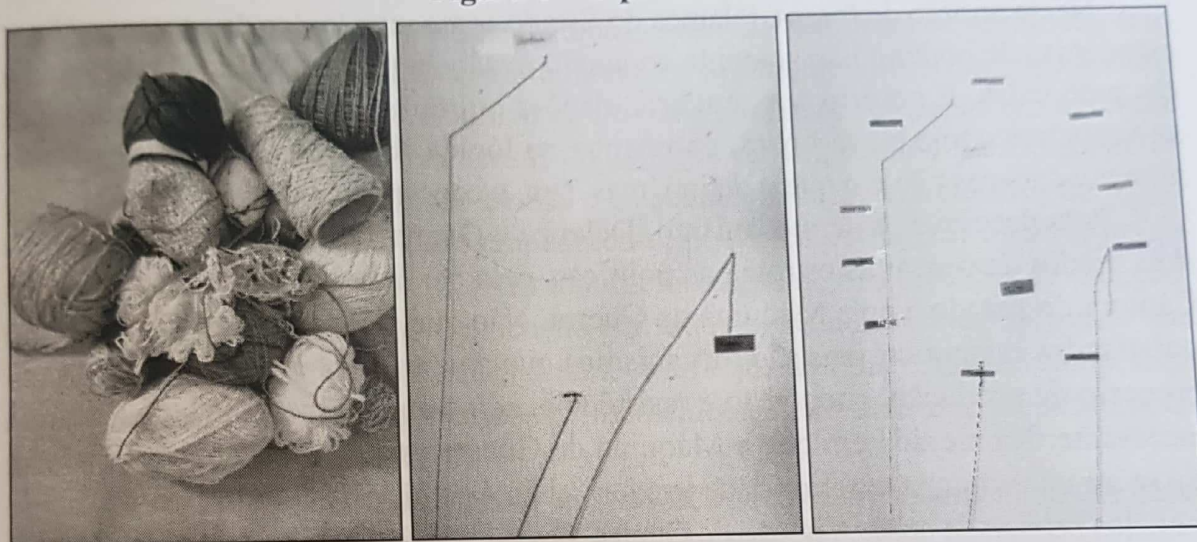
O espaço liso e o espaço estriado, – o espaço nômade e o espaço sedentário, – o espaço onde se desenvolve a máquina de guerra e o espaço instituído pelo aparelho de Estado, – não são da mesma natureza. Por vezes podemos marcar uma oposição simples entre os dois tipos de espaço. Outras vezes devemos indicar uma diferença muito mais complexa, que faz com que os termos sucessivos das oposições consideradas não coincidam inteiramente. Outras vezes ainda devemos lembrar que os dois espaços só existem de fato graças às misturas entre si: o espaço liso não para de ser traduzido, transvertido num espaço estriado; o espaço estriado é constantemente revertido, devolvido a um espaço liso. Num caso, organiza-se até mesmo o deserto; no outro, o deserto se propaga e cresce; e os dois ao mesmo tempo. Note-se que as misturas de fato não impedem a distinção de direito, a distinção abstrata entre os dois espaços (DELEUZE; GUATTARI, 2011d, p. 157).

Considerando as possibilidades de construir o texto operando com linhas lisas e estriadas, novamente olhei para meu embornal e, afetada pelas angústias do processo de escrita, sentindo as forças pulsarem no corpo-pesquisadora, virei o embornal de linhas e agulhas de ponta cabeça, fazendo cair o emaranhado de texturas e cores. Aquele não era o recurso usual de análise e escrita doutoral, mas me permiti

experimental, a partir de uma relação que me trazia mais conforto e alegria, enrolar as linhas nos dedos e inventar.

A agulha me ajudava a puxar novos nós, mas queria ver em planos o que os fios tentavam criar. A parede branca em minha frente se apresentou como tela, esperando ser estreada, e, com martelo e pregos, comecei a tramar os fios, buscando outras linguagens. As primeiras marretadas assustaram meu companheiro, que dividia o escritório-quarto de visitas, mas as linhas começavam a escrever o trabalho, operando também como estratégia de análise do vivido.

Figura 1 – O processo



Fonte: Arquivo pessoal.

As linhas em cores múltiplas atuavam como vetores de minha atuação na pesquisa e, para não me perder nesse processo, cada cor recebia uma identificação na parede, a qual me auxiliava a acompanhar ou retomar o acompanhamento posterior, caso me perdesse no emaranhado. As linhas não necessariamente têm relação com instituições específicas: remeto a linhas, não estou falando somente de barbantes, mas de segmentos que viabilizam a construção de novos territórios, criando nova superfície, contudo, também comendo estagnações e nós (DELEUZE; GUATTARI, 2011b), configurando-se como planos que se atravessavam e eram atravessados pelos arranjos que iam se configurando com as mudanças de conjuntura política.

Assim, puxei as linhas que compunham minha atuação técnica, atei-as nas linhas de militância, com os usuários, a atuação docente, a formação dos servidores, a própria política de saúde mental e a política de redução de danos, as práticas de cuidado e as poéticas insurgentes como novas possibilidades de atenção. O dispositivo-texto se materializava em fios e pregos, acompanhando o pensamento rizomático operado em uma dimensão lisa. Um dispositivo que comporta outros dispositivos, em série de dispositivos-dispositivos, cujos agenciamentos permitem acompanhar seus fluxos e efeitos.

Linhas e fluxos que produziam o processo de pesquisa, na mesma medida em que eram produzidos por esta, faziam ver e ouvir os arranjos das políticas de cuidado,

em movimentos cujos nós atualizavam o que operava de forma virtual. Um mapa no qual foi possível visualizar as estratégias de poder e os pontos de resistência.

Distinguindo poder e potência, Deleuze (1994, p. 41) ressalta que a potência emerge como força em dimensão também capilarizada, micropolítica, mas com atuação rumo a práticas de criação e resistência: “A confusão entre poder e potência é arrasadora, porque o poder sempre separa as pessoas que lhe estão submissas, separa-as do que elas podem fazer.” Não necessariamente há uma localização dessas forças, mas o Estado é efeito dessas relações. “O fato de se apropriar e exercer as disciplinas é que traz a impressão equivocada de que o poder está totalizado no Estado” (HUR, 2018, p. 32).

Nesse arranjo de forças, falamos do Estado como uma lógica de operacionalizar estratégias de poder e não somente enquanto instância de gestão de políticas públicas e de vidas. É notório que, em articulações políticas, identificamos alguns que se anunciam como porta-vozes, entretanto, na lógica do Estado, a identificação de nomes e cabeças não é o que o define, mas, sim, a conservação de modelos de poder.

Para descrever esse mecanismo, Deleuze e Guattari (2011d) apontam que há dois modos de operar as estratégias políticas, pelo *modus operandi* do Aparelho de Captura do Estado e pela Máquina de Guerra. Não que elas se coloquem de formas polarizadas estanques, mas são mecanismos que atuam concomitantemente em um processo de produção, cooptação e resistência, como engrenagens de uma máquina incessante. Na medida em que a Máquina de Guerra está dirigida contra o Estado, ela se arranja em uma exterioridade irreduzível ao Aparelho de Estado e para além de modelos bélicos de ação. A noção de Guerra, nesse conceito, está relacionada ao papel de ruptura do guerreiro nômade, o qual se desliga e se opõe aos processos instituídos de organização de sociedades centralizadas, agindo por arranjos coletivos rizomáticos.

O Aparelho de Captura é um mecanismo complexo que vai além de determinações de uma chefia, implica um aparato de estratégias de domesticação que atuam, interiorizando o que identifica como potência de ação e insurgência. Para Deleuze e Guattari (2011d, p. 12), o Estado age por captura soberana, de sorte a impelir as insurgências, “[...] dispõe de uma violência que não passa pela guerra.” Enquanto a noção de Máquina de Guerra perpassa a potência dos afetos como armas para romper com modelos estruturantes e mortificantes, o Aparelho de Captura opera como uma garra que apanha a laço aquilo que ela é capaz de apropriar-se. O monopólio do poder, as estratégias hierarquizadas e os movimentos de domesticação são operações de captura do Estado. Não se trata de estratégias para vencer as resistências nômades, porém, principalmente, uma captura de seus fluxos, de maneira que possam ser domesticados para operarem a favor do Estado.

No movimento maquínico entre Aparelho de Captura e Máquina de Guerra, o poder se dá enquanto relações de forças, não formas que necessariamente se centralizam nas mãos de uma instituição ou soberano. Nessa relação de forças, o poder só incide naquilo que resiste.

No mapeamento do processo de pesquisa, as linhas em múltiplas cores permitem atualizar em barbante os vetores e forças, possibilitando visualizar as estratégias de poder e as potencialidades em resistência (DELEUZE, 2013b). As forças e

fluxos precedem linhas, estratos e territórios; assim, os atravessamentos dessas forças facultaram identificar um regime de signos independentemente de uma representação consciente, executando suas funções em máquina concreta, dispositivos que produzem substancialidades, as quais trazem para a dimensão do dizível e visível essas forças em virtual.

A estratégia desse mapeamento fez pulsar questionamentos que afetavam o corpo-pesquisadora, nas vivências em pesquisa: “Há ‘dependência’ ou adesão à droga?”, “O que é recaída?”, “O que é adesão ao serviço?”, “A rede de cuidado é para potencializar ou para aprisionar?”, “Os espaços de troca, fóruns, conselhos, seminários são efetivos?”, “Qual a noção de cuidado em redução de danos, quando a política estadual não a contempla?” e, acima de todas, pulsava: “O que há de revolucionário nas práticas de cuidado?” Tais questionamentos ajudaram a atualizar essa virtualidade do plano de forças e visualizar os fluxos e conflitos. As linhas em barbante convocaram tais forças para a dimensão do dizível e visível, com os questionamentos suscitados pela transversalização dessas e os acontecimentos vivenciados ao longo do processo de pesquisa. Nesse mapeamento, pudemos visualizar os arranjos da *Atenção*, que se atualiza nas práticas institucionalizadas, nos serviços de atenção, nas produções acadêmicas sobre atenção em saúde e nas normativas nacionais que legitimam o atendimento. Diferentes destes, os arranjos do *Poder Médico* comportam as estratégias oriundas dos processos de medicalização do consumo de substâncias psicoativas (FOUCAULT, 2010).

No processo de normalização da sociedade, a Medicina desempenhou um papel fundamental na construção de parâmetros de distinção entre normal e patológico (anormal). Para entender melhor esse conceito, retornamos a Illich (1975), que descreve a expansão da jurisdição médica no controle de nossas vidas, em nome da saúde. O autor caracteriza essa expansão como uma invasão do discurso da Medicina nos cuidados do cotidiano. Foucault (2009) também concebe esse processo como uma prática social que visa ao controle da população (biopoder), criando formas de patologizar acontecimentos cotidianos, como, por exemplo, o nascimento, a falta de atenção ou o consumo de drogas para interação social. “O termo medicalização faz referência a esse processo que se caracteriza pela função política da Medicina e pela extensão indefinida e sem limites da intervenção do saber médico” (CASTRO, 2016, p. 299).

Seguidos a estes, os arranjos *Jurídicos* têm como ferramenta as estratégias de judicialização da atenção e a captura dos processos de medicalização, de sorte a construir estratégias para legitimar práticas de exclusão. Judicialização é compreendida como o processo de soberania jurídica na qual a lei opera como dispositivo de poder para governo dos corpos (FOUCAULT, 2007; CASTRO, 2016). A judicialização ancora-se nas leis, para intensificar as práticas do poder judiciário em prol do enfraquecimento político do poder executivo.²

2 Lemos, Galindo e Costa (2014), ao analisarem os usos dos documentos públicos, fazem uma distinção entre judicialização e jurisdicionalização. Para as autoras, ancoradas em Foucault, “[...] a judicialização é a sobreposição da lei à norma na máxima valorização das encomendas ao Poder Judiciário de questões as mais simples e corriqueiras de nossas existências. Já a jurisdicionalização é a sobreposição da norma à lei, na intensificação de punições por toda a sociedade como táticas de sanções normalizadoras; todos

Ancorado nestes, os arranjos do *Amor-devoção* representam as práticas e discursos que se guiam pela abstinência, clausura e devoção religiosa como forma de atenção. A ascensão de serviços como Comunidades Terapêuticas orientadas por certa moral religiosa propiciou o engendramento de um dispositivo que articula criminalização, patologização e demonização, a fim de lidar com o uso de drogas (MÉLLO; MOURA; GALINDO, 2018). Esse dispositivo, por meio da lógica cristã, apresenta formas de atenção aos usuários que convoca à normalização dos corpos e aniquilação de subjetivações, através do discurso de “fazer o amor ao próximo” pelo trabalho filantrópico (GALINDO; MOURA; MÉLLO, 2017).

Seguindo em confluência, os arranjos *Bélico* e de *Rendimento* focalizam as disputas de força pelo viés de Guerra às Drogas, na qual os processos de combate proibicionista se dão com estratégias afecto-políticas, condução do medo e desaparecimento, para justificar a aniquilação de vida e alimentar a máquina capitalista. O arranjo *Bélico* se refere especificamente às estratégias de mortificação, conduzidas pela lógica de Guerra às Drogas. Opto aqui pelo termo *Bélico* para diferenciar posteriormente a noção de Guerra enquanto máquina, enquanto possibilidade de ruptura aos processos de captura do Estado (DELEUZE, GUATTARI, 2011d). O arranjo *Bélico* diz respeito aos processos de dominação, sujeição e mortificação, não somente de subjetivações, mas da vida mesma, práticas que buscam se justificar pela articulação do dispositivo Guerra às Drogas.

Não destoando desse movimento, o arranjo de *Rendimento* evidencia os interesses do Estado sobre a manutenção dessa Guerra às Drogas. Priorizando a lógica de rentabilidade, encontra formas de legitimar práticas de aniquilação de usuários, de serviços e de estratégias de cuidado não consideradas rentáveis para o Capital. Cumpre destacar que o movimento dos arranjos bélico, médico, jurídico, amor-devoção e rendimento resulta na cristalização de linhas de segmentaridade rígida, como maior potencial de fixação, linhas duras (DELEUZE; GUATTARI, 2011b), linhas que estruturam o caminho institucional do sujeito, as leis, as disciplinas institucionais, os ritos instituídos. As articulações desses arranjos favorecem a construção de uma realidade proibicionista, que contém modelos de subjetivação subjugados às padronizações médica, jurídica e bélica.

Já as forças que emergem da atenção propiciam, mesmo no processo divergente com os demais arranjos, o mapeamento de linhas maleáveis, segmentos fluidos atualizados na atenção dos serviços que têm por foco o rompimento com os modelos de controle. Aqui as forças dessa máquina abstrata executam suas funções pelas máquinas concretas que produzem substâncias com direcionamento à potência de vida e não na imposição de poder. A exemplo, traçamos como possibilidades as políticas públicas que têm o foco no usuário e não nas drogas, os serviços e coletivos que

os equipamentos sociais e grupos passam a funcionar como pequenos tribunais das normas” (p. 431). No arranjo *Jurídico*, não desconsidero o processo de juridicalização, mas especificamente mapeio a forma como vão sendo operadas as estratégias de judicialização da atenção em saúde, pela imposição do poder judiciário.

procuram, pela lógica de redução de danos, compor estratégias que se guiam pelas possibilidades e não pelas padronizações.

Visto que os arranjos traçados não necessariamente pulsam somente forças que alimentam as segmentarizações em enrijecimento, mapeamos as forças oriundas do que chamo aqui de *Contrafluxo*, instância que reúne as forças de ruptura e resistência, as quais permitem a construção de um plano que não se reduz ao modo como o capitalismo codifica os movimentos. Tal arranjo opera como conector de devires minoritários, rompendo com as significações dominantes.

Na atualização desse contrafluxo, traçamos linhas de fuga, instâncias que acontecem pelas práticas de militância em dimensão micropolítica, práticas de cuidado que têm como prioridade romper com os modelos de subjetivações instituídos nos processos de controle. São vetores em divergência aos planos de forças que se guiam por uma lógica de produtividade, através da atuação bélica, contrafluxo que, em sua flexibilidade, permite maleabilidade e se efetiva em linhas moleculares (DELEUZE; GUATTARI, 2011b). Com maior fluidez, criam novos trajetos ante a rigidez dos processos molares, assumindo a potência de abrir espaços à irrupção dos devires.

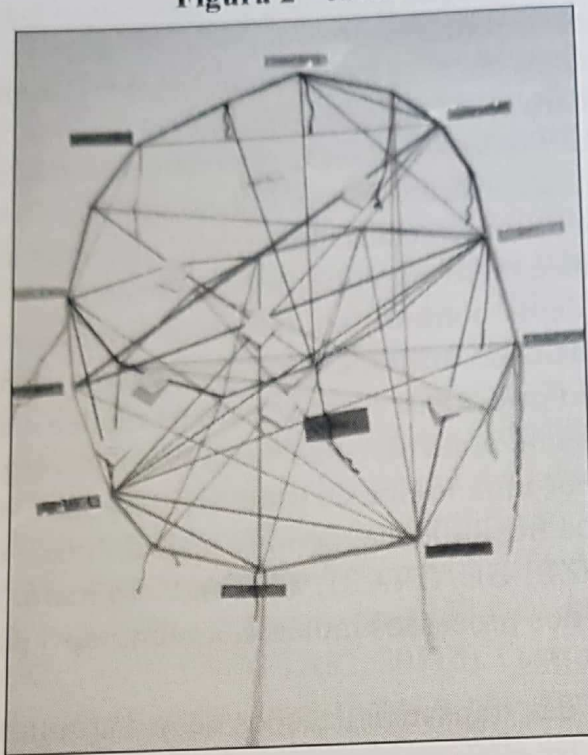
No mapeamento das transversalizações desses arranjos, traço as estratégias de controle operacionalizadas pelo Aparelho de Captura do Estado, identificando a confluência dos arranjos médico, jurídico, amor-devoção, bélico e de rendimento, os quais se articulam em nós, de sorte a ampliar a extensão do poder, criando o dispositivo “Guerra às Drogas”. Também traço as estratégias de resistências que compõem a Máquina de Guerra, arranjos da atenção que se potencializam com as forças em contrafluxo, auxiliando a romper com os nós dos planos que sustentam o Aparelho do Estado.

O mapeamento em linhas e pregos desses planos de forças possibilitaram ainda a visibilidade de dois dispositivos justapostos, denominados aqui *Militância* e *Cuidado*, reunindo as estratégias, as materialidades e os fluxos que se transversalizam na construção de novos arranjos e estratégias.

A nomeação sugerida a esses dispositivos não se vincula necessariamente às linhas que os constituem, visto que, em ambos, as mesmas linhas os atravessam; ademais, também não está relacionada a posições estanques e distantes no dispositivo-texto, pois, traçando um diagrama matemático de Venn-Euler³, há uma intersecção entre *Militância* e *Cuidado* pelos elementos que os constituem e pelos fluxos que os atravessam ($M \cap C$). O nome dos dispositivos se relaciona com aquilo que faz operar o dispositivo, movimentos que pulsam em múltiplas direções.

3 O diagrama matemático de Venn-Euler consiste em uma representação visual estruturada para simbolizar graficamente a intersecção entre elementos. Trata-se de círculos desenhados em planos que, em união, permitem visualizar os elementos comuns a eles.

Figura 2 – A teia



Fonte: Arquivo pessoal.

São dispositivos que foram sendo traçados a partir da minha circulação e de meus fluxos de atuação. Assim, o dispositivo Militância foi estruturado pelos acontecimentos, práticas, atuações que se davam, tendo como foco a ruptura dos modelos de cuidado – a atuação em instituições e espaços públicos, a afirmação da perspectiva de redução de danos como proposta de cuidado, a articulação com a Arte. Atrelado a esse movimento, o dispositivo Cuidado foi traçado em confluência com a noção de militância, ampliando-se assim para além de um ato de assistência, suporte em saúde ou sinônimo de tratamento.

Pesquisando o conceito de cuidado e situando sua operacionalização na área da saúde, Mélo (2018) assinala que “cuidar pressupõe estranhar”, não se acomodar, não se conformar. Reivindicando o alinhamento entre estranhamento e cuidado, o pesquisador afirma que estranhar é um processo de não se habituar, de não se conformar com aquilo que é recorrente, não se acomodar para não descuidar.

Fazendo uma relação entre ética e cuidado, o autor propõe cuidado como uma ética “cínica”, amparando-se no Cinismo como movimento filosófico que começou a ser difundido quatro séculos A.C., atrelado a um estilo de vida simples, desprendido de luxos e convenções sociais. Nesse movimento, os cínicos se contrapunham aos valores tradicionais, tais como propriedade privada, casamento ou religião. Por essa referência, Mélo (2018) ressalta que, nas ciências, há “cínicos-modernos”, cuja atuação é limitada pela centralização no conhecimento científico como sinônimo de verdade, e há os “cínicos-libertários”, que se contrapõem as convenções acadêmicas. Mélo externa aversão aos cientistas como sabedores da verdade, cujas ações são

falsamente libe
O “cinismo-m
práticas a pers

Pelo viés
libertárias por
academicista
rupturas e de

No pro
assim como
prévio. No
sinônimo de
venção, de
Um dos ris
a uma cent
pode se da
de que “[
potências

3.2 Polít

A i
analítico
Militân
de prati
uma po
quais s
nesse p
C

lou-se
tendo
com u

entre
“[...]
estas
trivi
livro
A cr
sust
se c
dur
do

falsamente libertárias, pois estas se fazem no conforto das dependências acadêmicas. O “cinismo-moderno” não se vincula às potências das ações coletivas, reduzindo as práticas a personagens específicos, aos “gênios” isolados.

Pelo viés das práticas de cuidado, Méllo advoga que é possível construir práticas libertárias por meio de uma ética cínica, sendo “os do contra” avessos aos narcisismos academicistas. Um cuidado pelo cinismo-libertário se propõe criar linhas de fugas, rupturas e desvios, em certas consistências.

No processo de construção de rupturas, busca-se uma prática de cuidado que, assim como a militância, almeja olhar para as vidas sem a imposição de um modelo prévio. No que tange às pessoas que fazem uso de drogas, cuidado não opera como sinônimo de tratamento: tratamentos são os procedimentos, as possibilidades de intervenção, de terapêuticas que podem ou não estar atreladas a modelos medicalizantes. Um dos riscos de se guiar pela noção assistencial de tratamento é que esta nos remete a uma centralidade na droga e não na pessoa, um cerceamento de modos de vida que pode se dar para além de contenções em espaços fechados. Méllo (2018) adverte-nos de que “[...] cercear não é cuidar: é apenas dominar. E cuidar, portanto, é produzir potências, seja nas dores ou nos prazeres” (MÉLLO, 2018, p. 8).

3.2 Política de escrita

A intervenção na parede juntava dois processos, um movimento cartográfico analítico de aglutinar nós, acompanhando visualmente fluxos e processos nos quais Militância e Cuidado se interseccionam como máquina de criação e potencialização de práticas revolucionárias de atenção às pessoas que fazem uso de drogas, além de uma possibilidade de escrita. Sim, escrita que mostrava narrativas e conceitos os quais se mixavam em uma leitura multiforme para alguém imerso no processo. E, nesse processo, as crônicas emergem como estratégia política de escrita.

Como gênero de escrita sobre o cotidiano, o recurso literário da crônica vinculou-se à ascensão da imprensa no século XVIII, com origem nos folhetins franceses, tendo sido apropriada de forma significativa pela literatura brasileira, que a remodelou com um caráter de prosa poemática, humor lírico e fantasia (MOISÉS, 2001).

Como prosa, discurso direto e livre, Moisés (2001) descreve que a crônica oscila entre a reportagem, relato impessoal e frio de um acontecimento trivial, e a literatura, “[...] recriação do cotidiano por meio da fantasia” (p. 105). Mas não necessariamente estas se dão de forma estanque em um tipo (jornalístico ou literário): os relatos das trivialidades cotidianas atualizadas dia a dia nos jornais podem ser transferidos para livros, como possibilidade de preservá-los, porém, estas não suportam a permanência. A crônica lida com o acontecimento em ato, uma possibilidade de escrita que não se sustenta pela serialidade, “[...] reclama a degustação autônoma, uma a uma, como se o imprevisto fizesse parte de sua natureza [...] A crônica apenas resulta em peça duradoura quando se estabeleceu a fortuita afinidade entre o acontecimento o mundo do escrito” (MOISÉS, 2001, p. 106).

Como uma proposição estética ligada à potência do efêmero, as crônicas trazem a linguagem de uma literatura menor (DELEUZE; GATTARI, 2015). Contrapondo-se à noção de literatura maior, aquela que possui um cânone e é escrita por grandes mestres, Deleuze e Guattari (2015) apresentam, a partir da obra de Kafka, a noção de literatura menor, uma literatura de potência revolucionária, a qual se coloca fora dos fluxos das obras clássicas (maiores) em um movimento de crítica ao tradicionalismo, operando como uma experimentação política.

De acordo com os autores, as três características da literatura menor são: a desterritorialização da língua, as práticas que permitem a uma minoria fazer uma língua maior; a ligação do individual no imediato-político, ou seja, tudo nela é político; mesmo que os casos em relato sejam individuais, este passa de imediato a uma ligação política; o agenciamento coletivo de enunciação: tudo na literatura menor toma um valor coletivo contaminado pelo campo político, não se tendo mais um sujeito como centralidade autoral da escrita, mas a composição de um enunciado coletivo exprimido por essa literatura (DELEUZE; GUATTARI, 2015). Nessa composição, a literatura menor torna-se máquina de guerra, de maneira que ser menor qualifica as condições revolucionárias de uma composição coletiva.

A tradução das práticas para crônicas é uma forma de imprimir os acontecimentos experienciados e o próprio acontecimento da escrita por meio de fios, uma alternativa micropolítica de resistência. Como literatura menor, as crônicas desterritorializam a língua científica, reivindicam o aspecto político que atravessa as experiências singulares da pesquisadora e trazem em si um potencial narrativo e inventivo que se mistura às contaminações das crônicas de João do Rio, Lima Barreto, Hilda Hilst, Machado de Assis e outros, às referências científicas esmiuçadas, às músicas de Criolo e às análises de pesquisa. As crônicas, em aliança com a escrita acadêmica, implicam uma estratégia política de escrita, estratégia de ruptura.

Traçando alianças entre os estudos de Donna Haraway, Deleuze e Guattari e Alzaldúa, Galindo e Milioli (2016), para pensar processos ontológicos e científicos, descrevem as alianças como um processo transversalizador e não somente de união entre dois pontos. Um movimento de mixagem, mistura capaz de produzir multiplicidades.

A mixagem com os conceitos teóricos reafirma a proposição acadêmica deste escrito, tornando as narrativas um híbrido ciência-prosa. Mas reitero que essa articulação científica com outros modos de contar histórias cria rupturas aos modos serializados de produção científica, dos modos de vida, por propiciar vozes múltiplas e, conseqüentemente, traçar um campo de composição criador de múltiplos devires. A aliança entre modos de escrita opera como resistência micropolítica, reinventando as ferramentas científicas e nos reinventando “[...] em alianças que geram singularidade e diferenças nas línguas bifurcadas prenhes e saturadas de alfabetismos” (GALINDO; MILIOLI, 2016, p. 69).

Faço ainda uma singela orientação. As personagens de cada história vão se compondo em minha atuação e, por isso, busquei preservar as identidades sem nomear especificamente cada uma. Trata-se de uma questão ética para com aquelas e aqueles

que contribui
pelas práticas
pesquisa a
muitas his
a descrição
cargos, m
dade étic

Ou
histórias
de uma
persona
e resist

P

por se

às atr

foram

sifica

cuid

forta

busc

Con

dos

ire

(H

co

pe

ac

c

S

f

que contribuíram tanto com esse processo e uma estratégia de preservação da vida, pelas práticas de aniquilação que foram atravessando as experiências, mesmo que a pesquisa acadêmica não tenha como premissa um caráter denunciativo. Todavia, como muitas histórias são públicas e algumas foram publicadas em meios de comunicação, a descrição de atuações pode levar a uma maneira de identificar gestores e outros cargos, mas continuo sem nomeá-los. Em outros casos, a nomeação é uma necessidade ética de referenciar as contribuições de pesquisadores e artistas a este trabalho.

Outro aspecto a ser destacado é a ausência de uma linearidade temporal nas histórias, as quais foram sendo narradas em cadeias de acontecimentos, escapando de uma proposta cronológica, a fim de narrar as intensidades do vivido. Assim, as personagens vão se compondo na atuação, arranjos que emergem das tramas de força e resistência, ao longo do enredo.

Para Donna Haraway (2018), contar histórias é um modo de sobrevivência, por se guiar pela inventividade, brincando com a criação, permitindo sobreviver às atrocidades políticas que vivemos. Em quatro anos, esta pesquisa e esta escrita foram atravessadas por acontecimentos históricos, sociais e políticos que intensificaram os questionamentos sobre o processo de militância e as estratégias de cuidado, retrocessos nas políticas de saúde mental, *impeachment* presidencial, fortalecimento de bancadas fundamentalistas, ataques a colegas nos serviços que buscavam, em sua prática cotidiana, ter como foco as pessoas e não as drogas. Contar esses acontecimentos, contar o que vivemos, alimentando a vitalidade uns dos outros, nos ajudará a resistir e apontar que “[...] não fomos derrotados, que não iremos embora. E contar histórias é uma das nossas capacidades mais preciosas” (HARAWAY, 2018, s/p).

Quando comecei a atuar em “grandes” espaços de construção de políticas, como conselho de direito estadual, queria ações grandiosas, pois sabia que ali teria possibilidade de fazer ações para maior número de pessoas possíveis, principalmente aquelas mais desassistidas pelo Estado. Vendo quão pequena era diante de toda uma complexidade de arranjos de poder, deixei-me levar por paixões tristes, como assinala Spinoza (2013), principalmente quando não conseguia mais vibrar a potência das fugas e resistências minoritárias. O que poderia fazer com aquilo que me atravessava? A escrita de um texto acadêmico ou uma ação em pequenos contextos começaram a se efetivar de outra forma, como estratégias de militância e cuidado, na justa medida em que entendi que

[...] todo o exercício de resistência importa quando entendemos que as transformações do mundo dizem menos de realizações grandiosas e pretensamente totais, e mais de ações aparentemente pequenas – mas sobre cujos efeitos potentes não temos como ter controle. Isso inclui a escrita, aquela escrita (SOUZA, A., 2016, p. 14).

No processo de construção de conhecimento científico, há de se entender que toda a técnica, todo o método funciona, mas a questão é: funciona para quê? E

está a serviço de quem? E, a partir das respostas a essas perguntas, escolhemos a forma de pesquisar e atuar – e essa escolha é um posicionamento ante as vidas que se apresentam nesse processo. Em minhas escolhas, entendo que é possível construir conhecimento científico que não domine, explore e perpetue desigualdades. Nesse sentido, busquei fazer meu percurso e experimentar os trajetos de pesquisar e escrever, tentando romper com os modelos estruturantes. Ouso dizer que se trata de uma pesquisa militante, uma pesquisa que concebe a ciência como ferramenta para possibilidade de transformação (JAUMONT; VARELLA, 2016).

Nos trajetos que segui nesta pesquisa-intervenção-militante, cada etapa surgia como uma possibilidade criada em processo, em face da possibilidade de se considerar novos modos de vida. E, nesse quesito, ela se faz enquanto uma pesquisa militante, a qual procura no pesquisar e na escrita maneiras de resistência, rupturas nos modelos docilizadores de cuidado e nas formas burocratizadas e domesticadas de produzir conhecimentos. As crônicas funcionaram como linhas de fuga e encantamento em uma prática de pesquisa que narra a guerra às drogas e às pessoas nos espaços de militância e atenção Psicossocial em Mato Grosso. Encantar a dor e o horror para fazer dormir panóptico, eis o artilho que nos permite caminhar e escapar à captura de tudo-querer-ver.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. M. de. Panorama atual da política de drogas no Brasil: a redução de danos. In: SOUZA, Â. C. de et al. *Entre pedras e fissuras: a construção da atenção psicossocial de usuário de drogas no Brasil*. São Paulo: Hucitec editora, 2016, p. 23-59.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.203, de 05 de novembro de 1996. *Aprova a Norma Operacional Básica 01/96 do Sistema Único de Saúde*. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece as diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no Âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial [da União]*, Brasília, 26 dez. 2011, seção 01, n. 247, p. 230-232.

DELIGNY, F. *O aracniano e outros textos*. São Paulo: N-1 edições, 2015.

HUR, D. U. Psicologia, esquizoanálise e biopolítica: sofrimento psicossocial e transformação. In: HUR, D. U.; LACERDA JUNIOR, F.; RESENDE, M. do R. S. *Psicologia e transformação: intervenções e debates contemporâneos*. Goiânia: Editora UFG, 2015, p. 269-287.

MATO GROSSO. Secretaria do Estado de Segurança Pública. *Plano Estadual de Enfrentamento às Drogas em Mato Grosso*. Cuiabá: Mato Grosso, 2011.

MÉLLO, R. P. *Cuidar? De quem? De quê?: a ética que nos conduz*. Curitiba: Appris, 2018.

SANTOS, C. E. dos; YASUI, S. Muito além do CapsAD: o cuidado no território e na vida. In: SOUZA, Â. C. de et al. *Entre pedras e fissuras: a construção da atenção psicossocial de usuário de drogas no Brasil*. São Paulo: Hucitec editora, 2016, p. 70-87.

TEDESCO, S.; PECORATO, L. O conceito de normatividade e a perspectiva de redução de danos: uma proposta para atenção à saúde do usuário de drogas. In: SOUZA, A. C. de et al. *Entre pedras e fissuras: a construção da atenção psicossocial de usuário de drogas no Brasil*. São Paulo: Hucitec editora, 2016, p. 88-106.